



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150698 - MG (2021/0230335-8)

**RELATOR** : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)  
**RECORRENTE** : W F C C  
**ADVOGADOS** : VICENTE REZENDE SALGUEIRO JUNIOR - MG111585  
MARIANA TERRA SILVA BARROS - MG183089  
ROMULO DE CARVALHO FERRAZ - MG191548  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por W F C C contra acórdão do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (HC n. 1009267-76.2021.4.01.0000).

A recorrente possui mandado de prisão expedido em seu desfavor nos autos de inquérito policial em que se apura a suposta prática dos crimes de organização criminosa e tráfico internacional de mulheres.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada.

Sustenta que estaria sofrendo constrangimento ilegal, pois os requisitos da custódia cautelar não estariam preenchidos.

Afirma que não há nos autos indícios concretos de autoria e materialidade.

Aduz que não pode ser considerada foragida, tendo em vista que seus procuradores respondem a todos os atos do inquérito policial, colaborando com a investigação.

Alega que não há motivação contemporânea para manutenção da prisão, apontando descumprimento do disposto no parágrafo único do art. 316 do Código de Processo Penal.

Entende que medidas cautelares diversas seriam mais adequadas ao caso.

Requer, liminarmente, o imediato recolhimento do mandado de prisão preventiva expedido.

No mérito, pugna pelo provimento do recurso para que seja revisado o acórdão proferido, com a consequente revogação da ordem de prisão. Subsidiariamente, a substituição da prisão por medidas cautelares diversas ou pela prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois o relator, na

origem, consignou que (e-STJ fl. 83):

*Vê-se que o decreto prisional se encontra devidamente fundamentado na necessidade de garantir-se a ordem pública, em razão de gravidade concreta do crime, consubstanciada no profissionalismo demonstrado pelo modus operandi empregado na prática delitiva, a existência de materialidade e autoria delitivas, a indicar, juntamente com outros elementos colhidos no bojo das investigações a participação da paciente em organização criminosa para fins de tráfico de pessoas, notadamente, mulheres.*

*Ademais, a necessidade de se garantir a aplicação da lei penal está consubstanciada no fato de que a paciente se encontra foragida, diante da existência de mandado de prisão não cumprido.*

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência